

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS - 01



*Imagem gerada por inteligência artificial usando o DALL-E através do ChatGPT da OpenAI

PENSAMENTO SOCIAL DOS CARIOCAS SOBRE A INTERVENÇÃO FEDERAL

Anderson Pereira Mendonça

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6011-0146>.

E-mail: anderson.p.mendonca@hotmail.com.

Vitor Oliveira Braga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3254-6131>.

Denison Albuquerque Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8999-5838>.

Gabriel Silva Estefanio

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7771-3337>.

Mariana Braga Ferreira de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8954-3653>.

Resumo: Em um contexto de extrema polarização política no país, muitos grupos foram às ruas para se manifestar contra o resultado das eleições presidenciais de 2022. Alegando uma ilegitimidade, esses manifestantes exigiam que as forças armadas intervissem no cenário político para assegurar a permanência de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. O objetivo da pesquisa foi identificar o pensamento da população carioca acerca de uma possível intervenção federal, e, com isso, buscar entender como o senso comum se apropriou desse termo. Além disso, este estudo almeja fazer uma conexão com os protestos de junho de 2013, destacando a influência que esses eventos exerceram sobre a construção de um conhecimento social. Sob a luz da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais, utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário de evocação livre, com o estímulo indutor “Intervenção Federal”. Os dados obtidos foram submetidos às análises prototípica e de similitude. Identificaram-se 32 termos, sendo seis desse total pertencentes ao núcleo central da representação. São eles: Ditadura, Ordem, Medo, Protesto, Censura e Bolsonaro. A partir dos resultados do estudo, é evidente que a população carioca se apropriou do conceito de “Intervenção Federal”, ligando-o, sobretudo, à ideia de uma

intervenção militar. Ou seja, um conceito abstrato e complexo foi transformado em algo mais concreto e conhecido pelo senso comum.

Palavras-Chave: Intervenção Federal. Representações Sociais. Política.

CARIOCAS' SOCIAL REPRESENTATIONS OF THE FEDERAL INTERVENTION

Abstract: In a context of extreme political polarization in the country, many groups took to the streets to protest against the outcome of the 2022 presidential elections. Alleging illegitimacy, these demonstrators demanded that the armed forces intervene in the political arena to ensure that Jair Bolsonaro remained president of Brazil. The aim of the research was to identify the social representations of the population of Rio de Janeiro regarding a possible federal intervention, and in doing so, to understand how common sense has appropriated this term. Furthermore, this study seeks to establish a connection with the June 2013 protests, highlighting the influence these events exerted on the construction of social knowledge. Based on the structural approach of the Theory of Social Representations, a free recall questionnaire was used as the research instrument, with the inducing stimulus "Federal Intervention". The data obtained was submitted to prototypical and similarity analysis. Thirty-two terms were identified, six of which belonged to the central core of the representation. They are: Dictatorship, Order, Fear, Protest, Censorship, and Bolsonaro. From the results of the study, it is clear that the population of Rio appropriated the concept of "Federal Intervention", associating it primarily with the idea of a military intervention. In other words, an abstract and complex concept was transformed into something more concrete and familiar to common sense.

Keywords: Federal Intervention. Social Representation. Political.

Introdução

Em junho do ano de 2013, a onda de protestos conhecida como Jornadas de Junho entrou para a história política do Brasil enquanto o evento de maior participação popular das últimas décadas. Os protestos, cuja motivação inicial foi a insatisfação com o aumento de 20 centavos nas tarifas do transporte público de São Paulo, se espalharam por todo o país, e passaram a reivindicar muitas outras pautas. Consequentemente, o sistema político da época sofreu um grande abalo, revelando a profunda revolta da população brasileira com a classe política em geral, com os inúmeros problemas em saúde, educação e segurança e, em especial, com os constantes escândalos de corrupção.

Já em 2014, após a disputa presidencial vencida pela então candidata Dilma Rousseff e os desdobramentos da Operação Lava-Jato, a direita brasileira assume para si a bandeira contra a corrupção, tentando estabelecer uma ligação entre esta prática criminosa e o Partido dos Trabalhadores (PT). De lá pra cá, observa-se, empiricamente, o fortalecimento dos setores mais à direita, a partir de uma série de acontecimentos: o impeachment da ex-presidente Dilma, em 2016; a prisão do então ex-presidente Lula, no início de 2018; eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, no final de 2018; e, por fim, a ascensão e expansão vertiginosa do movimento bolsonarista ao longo dos últimos quatro anos, bem como uma recorrente tentativa de descredenciar a autonomia e autoridade das instituições de Estado, tendo como destaque uma

série de discussões sobre a legitimidade das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao final do ano de 2022, logo após a divulgação do resultado das eleições presidenciais, alguns grupos alinhados a uma direita conservadora, manifestaram sua insatisfação por meio de protestos nas ruas e ocupações diante de quartéis. A principal reivindicação desses grupos, movidos pela inconformidade diante da derrota e por um hipotético ideal de ausência de lisura do processo eleitoral, foi a de um suposto direito constitucional à intervenção federal, com o objetivo de que o ex-presidente Jair Bolsonaro pudesse permanecer no governo por mais um mandato. Para os manifestantes, essa intervenção deveria ocorrer através das Forças Armadas, acreditando que essas instituições tinham não apenas poder suficiente para interferir nos resultados, mas também interesse para fazê-lo.

Tendo em vista o contexto apresentado, nos pareceu relevante buscar compreender, através da abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais, a maneira pela qual os moradores do Rio de Janeiro interpretavam e definiam o conceito de intervenção federal. Segundo o artigo 34 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a intervenção federal pode ser entendida enquanto uma medida constitucional que garante a integridade do território nacional e a harmonia entre os poderes, devendo apenas ser acionada em cenários de conflito ou ameaça ao Estado Brasileiro. Nesses casos específicos, caberia ao Governo Federal realizar um conjunto de ações em relação a um estado ou ao Distrito Federal, com o objetivo de interferir em âmbitos de poder que habitualmente não estão sob o seu controle. No entanto, o que os resultados desta pesquisa apontam é que, aos olhos de certa parcela do povo brasileiro, a intervenção federal se configura enquanto uma ferramenta política que pode ser solicitada de acordo com a insatisfação da população, o que demonstra a maneira pela qual o senso comum se apropriou do conceito e o transformou diante do contexto de polarização política presente na época dos referidos protestos.

Em suma, o presente estudo teve como ênfase principal mapear as Representações Sociais do termo intervenção federal, tendo em vista que esse foi um assunto muito debatido durante o segundo semestre de 2022. Nesse sentido, o contexto político do Brasil na última década serve como um suporte para a compreensão da ascensão e disseminação de discursos autoritários.

Método

A pesquisa foi realizada com 88 pessoas de diferentes idades e ocupações, entre novembro e dezembro de 2022. É importante ressaltar que os dados foram obtidos nas quatro zonas da cidade do Rio de Janeiro, almejando a composição de uma amostra que fosse representativa em relação à população carioca. A coleta dos dados foi feita através de entrevistas presenciais, nas quais os participantes responderam um simples questionário sociodemográfico, perguntando a idade, gênero e ocupação. Ademais, para identificar a estrutura da representação social, utilizou-se as análises prototípica e de similitude, a partir da Técnica de Associação Livre de Palavras - TALP, em que os participantes respondem o que lhes vem à mente ao serem expostos a um estímulo indutor. No caso dessa pesquisa, o estímulo indutor foi o termo “Intervenção Federal”. Solicitou-se que os participantes registrassem as cinco primeiras palavras que lhes vieram à mente após a exposição ao termo. Requisitou-se, ainda, que os entrevistados hierarquizassem as palavras de acordo com o grau de importância no que tange a associação ao objeto.

A participação na pesquisa foi voluntária e as entrevistas foram realizadas individualmente; antes das perguntas serem iniciadas, foi informado aos participantes, de maneira clara e direta, todo o procedimento da pesquisa, assim como os seus objetivos. Após essa explicação, os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, que continha mais informações sobre a pesquisa e seus autores.

Para a realização das análises prototípica e de similitude, utilizou-se o *software* IRAMUTEQ, que, a partir da leitura do banco de dados, computou a frequência na qual as palavras foram evocadas após exposição dos participantes ao estímulo indutor, além da ordem média de importância (OMI), analisada de acordo com a prioridade conferida às palavras pelos participantes, como já mencionado.

Resultados

Partindo da metodologia da análise prototípica foram registradas 435 evocações, sem omissões, 32 termos, com pessoas entre 18 e 81 anos, de variadas ocupações. Desse total, 44,8% eram do gênero feminino, 54% do gênero masculino e 1,1% de outras identidades de gênero.

A análise prototípica é uma metodologia que busca mapear as Representações Sociais através de evocações e palavras provocadas por algum termo específico, chamado de termo

indutor. A partir do estímulo, os participantes são orientados a dizer palavras associadas ao estimulante, permitindo traçar o perfil da representação social em questão.

Utilizando os dados das evocações se estabelecem quatro grupos distintos dentro da representação social. Esses grupos são formados de acordo com a proposta de Abric (1998), que consiste na classificação dos termos em “alta” ou “baixa” frequência, determinado por um valor de corte, e de acordo com a ordem de prioridade dos termos, enumerados pelos participantes. O primeiro grupo, são os elementos do núcleo central, possuem alta frequência e são prioritários durante a evocação, citados prontamente. Além desse grupo, temos os elementos periféricos, os quais são divididos em primeira e segunda periferias. A primeira periferia engloba termos com alta frequência, porém, baixa prioridade na evocação, ou seja, provavelmente são elementos importantes, mas não protagonizam o núcleo central. Já os elementos da segunda periferia são aqueles com baixa frequência e evocados tardiamente, evidenciando que não constituem a mesma importância dos elementos da primeira periferia. Por fim, o último grupo que apresenta baixa frequência, porém prioridade na evocação, são os elementos de contraste, os quais podem evidenciar complemento à primeira periferia ou um subgrupo com um núcleo central diferente.

Na figura a seguir consta a estrutura da representação do grupo produzida pela análise prototípica do *software* IRAMUTEQ, com os respectivos valores de frequência de evocação.

Quadro – 1: Análise prototípica

Elementos do Núcleo Central			Elementos da primeira periferia		
Frequência $\geq 5,83$ OME $\leq 2,8$			Frequência $\leq 5,83$ OME $> 2,8$		
Ditadura	14	1,9	Militarismo	10	3,1
Ordem	9	2,7	Justiça	8	3,5
Medo	7	2,4	Insegurança	8	3,5
Protesto	7	2,4	Autoritário	7	2,9
Censura	6	2,3	Política	7	3,4
Bolsonaro	6	2,3	Corrupção	6	3,2
Elementos de Contraste			Elementos da segunda periferia		
Frequência $< 5,83$ OME $\leq 2,8$			Frequência $< 5,83$ OME $> 2,8$		
Manifestação	5	2,2	Roubo	4	4,5
Governo	5	2,2	Insatisfação	4	3,5
Necessário	5	2	Polícia	4	3,2
Perigo	5	2,8	Constituição	4	4,3
Retrocesso	5	1,4	Liberdade	4	3,2
Golpe	5	2,0	Tortura	4	3,5
Mudança	4	2	Revolta	4	3,2
Injustiça	4	2,8	Crise	4	3
			Prisão	4	4,2

Fonte: Os autores (2023).

No Quadro 1, verifica-se a presença dos elementos resultantes da coleta de dados, relativos às Representações Sociais dos cariocas sobre a intervenção federal: I) o núcleo central, no quadrante superior esquerdo: Ditadura, Ordem, Medo, Protesto, Censura e Bolsonaro; II) os elementos de primeira periferia, se encontram no quadrante superior direito: Militarismo, Justiça, Insegurança, Autoritário, Política e Corrupção; III) os elementos de segunda periferia, quadrante inferior direito: Roubo, Insatisfação, Polícia, Constituição, Liberdade, Tortura, Revolta, Crise e Prisão; IV) por fim, os elementos de contraste da representação, quadrante inferior esquerdo: Manifestação, Governo, Necessário, Perigo, Retrocesso, Golpe, Mudança e Injustiça.

O núcleo central, segundo Abric (1998), se constitui como parte fundamental da representação social, pois ele que estrutura a organização interna e molda sua significação. Trata-se de uma estrutura rígida, bem resistente a mudanças. No presente caso, os elementos candidatos ao núcleo central demonstram diferentes dimensões sobre a ideia de intervenção federal. O termo Ditadura é o mais frequente e com maior prioridade na evocação, seguido pelo

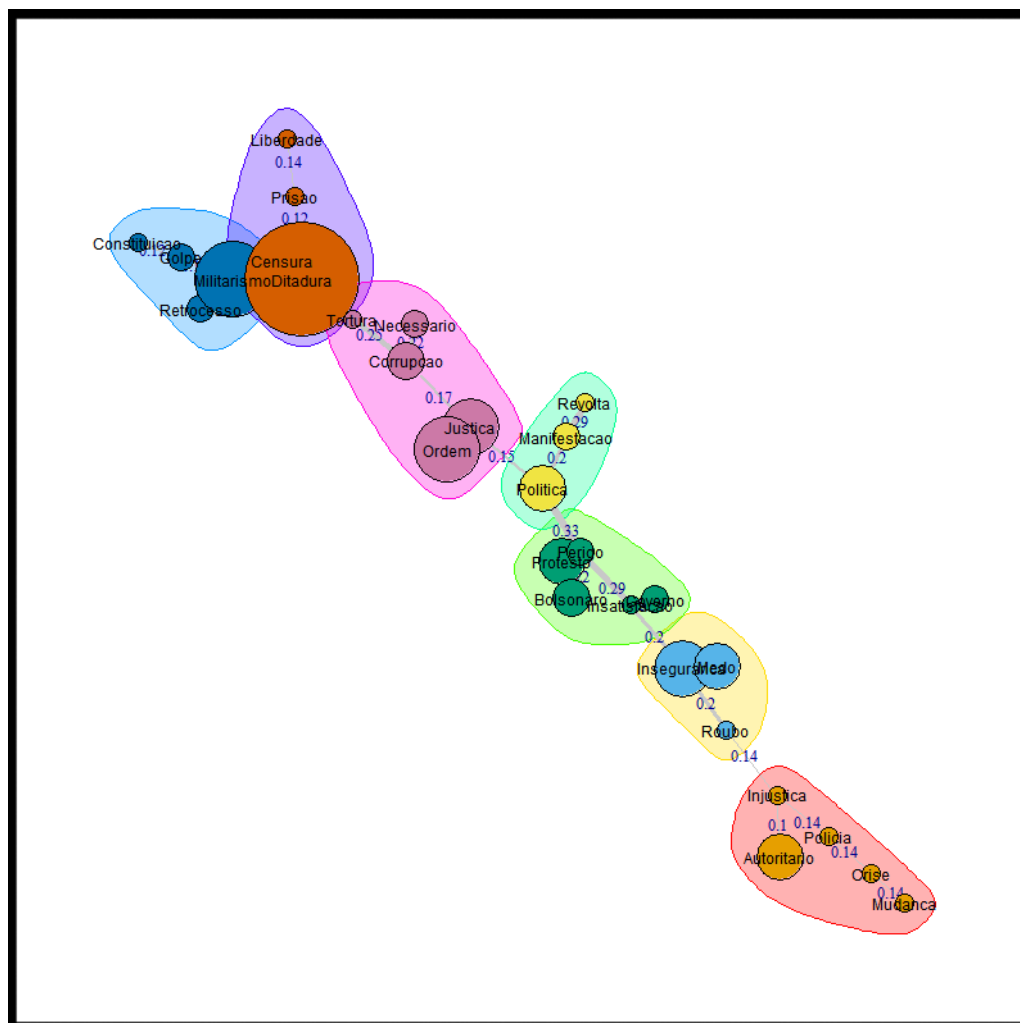
termo Ordem. Esses dois elementos podem indicar opostos ideológicos, mas também a mesma ideologia, visto que, o termo indutor pode significar a suspensão da democracia ou uma forma de manutenção da ordem através desse método antidemocrático. Os demais termos (Medo, Censura, Protesto e Bolsonaro) concordam com essas duas visões propostas pelo núcleo central.

Quando pensamos nas zonas periféricas, estamos tratando de termos que se encontram em torno do núcleo, sendo assim, mais maleáveis e dispostos a modificações. Esses elementos esbarram em novas ideias e novos objetos para que possam integrá-los à representação ou produzir uma nova. No Quadro 1, os termos observados, candidatos à primeira periferia, representam uma dimensão afetiva em relação ao termo indutor, enquanto os termos da segunda periferia indicariam um reforço dessas ideias afetivas, se assemelhando com a primeira.

Por fim, os elementos de contraste, presentes no quadrante inferior esquerdo, podem indicar um grupo minoritário, possibilidade de mudança do núcleo central ou um complemento às zonas periféricas. Pode-se observar que parte dos termos concordam com as periferias e com o núcleo, enquanto outros elementos seguem outro sentido, tais como Perigo e Retrocesso, o que demonstra uma divisão entre os participantes, coerente com o cenário de polarização política.

O *software* IRAMUTEQ, além de organizar as palavras na análise prototípica, também é capaz de analisar os termos e organizá-los de acordo com as proximidades de seus significados na língua portuguesa. A análise de similitude é a observação da conexão das palavras agrupando-as em grupos de coesão. Segue abaixo o gráfico da análise de similitude elaborado pelo *software*.

Quadro – 2: Análise de similitude



Fonte: Os autores (2023).

No Quadro 2, foi desenhada a análise de similitude, na qual se verifica que o pensamento social se estrutura sobre os termos: Ditadura (14) e Ordem (9). Entende-se então, que Militarismo (10), Golpe (5) e Constituição (4) podem ser elementos que evidenciam afetivamente uma forma de vencer os termos que ameaçam o grupo (Ditadura, Censura e Prisão). Enquanto os termos Tortura (4), Necessário (5), Justiça (8) e Ordem (9) podem indicar a crença nos meios para alcançar a ordem. Por sua vez, os termos Bolsonaro (6), Protesto (7), Perigo (5), Insatisfação (4) e Governo (5) demonstram a filiação e crenças políticas do grupo. Na árvore do pensamento social, também há a presença de elementos que indicam sentimentos como: Insegurança (8) e Medo (7), Além de elementos que refletem uma visão geral sobre

temas relacionados ao termo indutor como: Injustiça (4), Mudança (4), Política (7), Crise (4), Revolta (4) e Manifestação (5).

Discussão

Como dito anteriormente, diante do cenário de polarização política dos últimos anos, é possível notar o surgimento de um amplo debate sobre alguns conceitos presentes na constituição brasileira e que, porventura, têm os seus significados alterados ou mal interpretados. Nesse contexto, o tema da intervenção federal ganhou uma grande notoriedade em 2022, uma vez que muitas pessoas reivindicavam, na frente dos quartéis, uma ação das forças armadas brasileiras em relação ao resultado das eleições presidenciais. Um argumento muito utilizado para defender uma conduta intervencionista era uma suposta perda da integridade nacional – sendo esse um fator que possibilitaria à União, de acordo com o artigo 34 da Constituição, agir sobre os estados e municípios (Brasil, 1988). Tendo em vista que esse assunto foi muito debatido durante o ano de 2022, ele detém aquilo que Sá (1998, p. 45) destaca como “espessura social”, isto é, um tópico que possui uma grande discussão e que, por isso, é capaz de gerar representações. As representações podem ser entendidas como imagens carregadas de significado, de afeto, a favor ou contra um objeto (Moscovici, 2015).

Nesse sentido, é de suma relevância citar que muitos indivíduos não sabem ao certo o que é exatamente uma intervenção federal. A partir desse ponto, há uma tentativa de tornar familiar aquilo que não é familiar. Moscovici (2015) salienta que as pessoas têm a tendência de desconectar uma prática do seu conceito original, associando determinado tema a algo mais conhecido e habitual. O autor enfatiza essa constatação ao trazer o exemplo de como a associação livre da psicanálise passou de um assunto que alarmava certos grupos para uma coisa comum entre as pessoas religiosas, na medida em que houve uma associação dessa prática como algo similar a uma espécie de “confissão”.

Desse modo, é de suma importância compreender os dois processos de formação de uma representação social: a Ancoragem e a Objetivação. Segundo Moscovici (2015), a ancoragem pode ser concebida como o ato de categorizar algo ou alguém, dando um nome a um objeto particular com base em uma categoria que é familiar ao sujeito, não havendo, portanto, um sentimento de estranheza frente a determinado objeto. Sawaia (2004) e Bertoni e Galinkin (2017) trazem a ancoragem como um mecanismo no qual novos conteúdos são

unidos/juntados a outras categorias/conhecimentos que já existem na realidade. De modo sintetizado, entende-se tal processo como a ação de identificar um novo objeto e, conseqüentemente, enquadrá-lo em uma categoria, adquirindo “traços” pertencentes em relação àquilo que foi nomeado.

A objetivação, por sua vez, é o processo no qual os termos referentes a uma representação ganham materialidade, sendo possível se referir a uma coisa ou alguém por meio de metáforas e imagens (Cabecinhas, 2004, p. 128). Vala (2004, p. 465-467) completa essa explicação ao dizer que esse processo se refere ao modo pelo qual os elementos da representação estão organizados, havendo a presença de três fases até a materialização: construção seletiva, esquematização e naturalização. A construção seletiva pode ser definida como um mecanismo no qual as informações recebidas sobre um objeto são selecionadas e transformadas, ou seja, apenas um pequeno percentual das informações recebidas é retido e isso conduz a enviesamentos do modo pelo qual se enxerga um objeto, de acordo com os valores grupais. Em seguida, vem a esquematização. Essa fase é caracterizada como o momento pelo qual uma representação passa a ter uma estrutura, uma organização dos seus elementos. Por meio desse arranjo, os elementos da representação começam a ser associados por meio de figuras e imagens, sendo esse aspecto o ponto de partida para a materialização da representação. Por fim, a naturalização é a fase pela qual os conceitos destacados de um objeto, isto é, as suas representações, ganham efetivamente materialidade, sendo explicadas por meio de metáforas que ilustram a realidade.

A partir do exemplo da associação livre mencionada anteriormente e dos argumentos destacados, cabe a colocação da seguinte pergunta: de quais maneiras a população da cidade do Rio de Janeiro ancorou e objetivou o conceito de intervenção federal?

Em relação a esta pesquisa, com base nos resultados de uma análise prototípica e de uma análise de similitude, foi possível constatar um deslocamento de sentido do termo indutor “Intervenção Federal”. Isso significa dizer que houve uma ruptura do senso comum com aquilo que Moscovici (2015) e Sá (2015) chamam de universo reificado, ou melhor, o campo científico que cria conceitos e só permite que pessoas habilitadas possam discutir determinados tópicos epistemológicos.

Por outro lado, existe o universo consensual, que é composto pelas pessoas, a sociedade como um todo, que se apropria de certos assuntos, modificando-os; por meio da comunicação

social, constrói um novo saber, um saber prático responsável por gerar uma realidade comum, como diria Jodelet (1989). Esse modo de conhecimento é criado nas situações informais do cotidiano – na fila do banco, nas conversas do dia a dia, não havendo restrições técnicas acerca da expressão de determinadas opiniões e nem existindo a necessidade de possuir uma capacitação para poder discutir tais assuntos (Moscovici, 2015).

Nesta pesquisa referente às Representações Sociais da Intervenção Federal, foi utilizada a abordagem estrutural, de Abric, numa busca de encontrar o que Chaves e Silva (2013) chamam de representações em seu caráter enquanto produto, isto é, aquilo que já foi construído e consolidado por meio dos processos de ancoragem, objetivação e comunicação social. Para Abric (1998), as Representações Sociais são um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes. Nesse cenário, há uma ênfase em buscar entender a organização e funcionamento das Representações Sociais a partir de um duplo sistema denominado de “núcleo central e sistema periférico”. O primeiro pode ser entendido como um princípio comum da constituição da representação e da homogeneidade do grupo, estando atrelado aos valores e normas, bem como às circunstâncias históricas, tendo um caráter mais rígido e resistente às mutações (Parreira *et al.*, 2018). No geral, como já mencionado, o núcleo central sinaliza os elementos mais fortes de uma representação, destacando os termos considerados essenciais em relação a um objeto. Por seu turno, o sistema periférico está mais conectado às características individuais, tendo na sua composição uma heterogeneidade de conteúdos e de condutas e sendo mais flexível à mudança (Abric, 1994).

Em relação ao presente estudo, foi possível constatar um deslocamento de sentido do conceito original de intervenção federal uma vez que o núcleo central apresentou os seguintes termos em ordem de importância: Ditadura (14), Ordem (9), Medo (7), Protesto (7), Censura (6) e Bolsonaro (6). Percebe-se claramente uma distância entre aquilo que o universo reificado, ou seja, o campo jurídico entende como intervenção federal e o que a amostra desta pesquisa efetivamente apreendeu sobre esse tema da área do direito. Na tentativa de tornar o não familiar em familiar, os indivíduos associaram o termo indutor a algo semelhante a uma intervenção militar na qual o teor democrático é perdido, suscitando diferentes reações. Enquanto para alguns a intervenção federal seria entendida como um ato da União para manter a “ordem”, autorizando a permanência do ex-presidente no poder, para outros, esse tópico era elaborado como uma ameaça à sociedade. É nesse sentido que Ibañez (1988) destaca que um fenômeno

pode ser visto de modos completamente diferentes pelas pessoas, dependendo de qual grupo estão inseridas e do tipo de informação que recebem e compartilham. Sá (2015) compartilha da mesma visão quando afirma que o núcleo central é, em grande parte, marcado pela memória coletiva, uma vez que reflete condições sócio-históricas e os valores do grupo.

Complementando a concepção de transformação do conceito, o núcleo periférico desta pesquisa é composto pelos seguintes aspectos: Militarismo (10), Justiça (8), Insegurança (8), Autoritário (7), Política (7) e Corrupção (7). Esses dados ilustram os aspectos mais individuais da representação, reforçando a ideia de que, tanto no nível grupal quanto no plano singular, há um consenso de que intervenção federal e intervenção militar são fenômenos considerados como sinônimos pela população da cidade do Rio de Janeiro. Ademais, por meio desses termos, é possível reafirmar que o sistema periférico protege o núcleo central, na medida que o contextualiza e o atualiza, conforme indicado por Machado e Aniceto (2010).

Muito possivelmente, esse conceito foi entendido desta maneira errônea devido ao fato de que inúmeros manifestantes pediam, diante dos quartéis, uma ação do exército em prol da intervenção federal. Contudo, conforme está estipulado nos artigos 34 e 36 da Constituição, essa medida – em seu sentido constitucional – só poderia ser tomada pela União com aval do congresso nacional, não havendo, portanto, nenhuma medida jurídica que justificasse uma ação das forças armadas brasileiras (Brasil, 1988).

Nesse sentido, torna-se importante fazer um paralelo com dez anos atrás. Em 2013, o movimento conservador ganhou força no país a partir das manifestações ocorridas nas grandes cidades do Brasil. Uma reportagem do site BBC evidencia de forma contundente o argumento citado anteriormente ao salientar que umas das demandas das grandes manifestações daquele ano era a implementação de uma intervenção militar (Odila, 2018). Em uma postagem daquele período, o site Terra informa um evento denominado: “Marcha pela Liberdade” (Terra, 2013), cujo objetivo seria solicitar o retorno dos militares ao poder com o pretexto de que o comunismo estaria ganhando espaço no território nacional.

A partir dessas notícias, torna-se possível entender que o contexto de atual polarização política surgiu, de forma mais acentuada, nesse período. Desde então, pode-se concluir que o termo intervenção federal teve o seu sentido alterado, com protestos ao longo dos anos que remeteram o termo “intervenção” sempre a um contexto de que os militares tomariam o poder. Nesse sentido, é necessário retomar o conceito de Representações Sociais, de acordo com Abric

(1998). Ao aplicar sua explicação ao objeto deste estudo, é nítido que as Representações Sociais da Intervenção Federal foram criadas ao longo do contexto sócio-histórico dos últimos anos, nascendo assim uma nova maneira de conceber esse conceito e de enfrentá-lo.

Em virtude dessas informações, é relevante salientar as atribuições das Representações Sociais, de acordo com o olhar da abordagem estrutural. Abric (1998) descreve quatro funções que norteiam esse campo de estudos: função de conhecimento, função identitária, função de orientação e função justificadora.

A função de conhecimento pode ser definida como um modo de os indivíduos entenderem a realidade social por meio da criação de um quadro de referência comum responsável por auxiliar na construção do saber, que é social e prático. Baseia-se, pois, em compreender e explicar a realidade.

Já a função identitária está, de certa maneira, atrelada aos processos de comparação social. As Representações Sociais auxiliam na constatação da identidade social de um grupo, uma vez que elas se impõem à coletividade. Em contextos de comparação social, há uma supervalorização das Representações Sociais da população que o indivíduo está inserido.

Há, também, a função de orientação que fornece um certo “protocolo” de como o indivíduo deve se portar socialmente. Esse tipo de encargo serve como um guia para a ação. Assim, as representações interferem nos modos de reação do indivíduo e também são responsáveis por produzir antecipações e expectativas que atuam sobre a realidade.

Por fim, a função justificadora tem como objetivo explicar a maneira pela qual um conjunto social age de uma determinada maneira em relação a outro grupo. Em situações de competições entre grupos, muitas vezes são criadas representações negativas em relação ao outro conjunto social. Essas características, aspectos considerados negativos, por sua vez, justificam o comportamento hostil de uma população em relação a outra (Parreira *et al.*, 2018).

De modo geral, essas funções das Representações Sociais auxiliam os sujeitos a saberem como se comportar frente a um objeto, além de conceder informações que possibilitam conhecê-lo melhor e gerar expectativas uma vez que determinado assunto ou pessoa é mencionado. Portanto, torna-se perceptível que os grupos sociais criam representações sobre um objeto com o objetivo de fazer com que o não familiar se torne familiar, na tentativa de dar um nome a algo novo que, a princípio, é uma coisa estranha, desconhecida. Logo, com o conceito da Intervenção Federal isso não foi diferente. Conforme esse assunto foi ganhando “espessura social”, houve

uma pressão à inferência, a qual foi responsável por gerar significados no ambiente do senso comum, suscitando conhecimentos distintos em relação ao universo reificado.

Essas ressignificações, no entanto, não são neutras. Ao deslocar o conceito jurídico de seu contexto constitucional e inseri-lo em disputas políticas, abre-se espaço para interpretações imprecisas e usos simbólicos que podem comprometer a compreensão coletiva sobre o funcionamento das instituições democráticas. A apropriação cotidiana do termo, quando desvinculada de seu sentido técnico, tende a favorecer a circulação de informações distorcidas e a legitimação de discursos que fragilizam o sistema democrático, revelando como as representações sociais podem atuar também como instrumentos de influência e poder no espaço público.

Conclusão

Com base nos argumentos supracitados, torna-se evidente que o contexto sócio-histórico da última década influenciou no modo pelo qual as pessoas e a sociedade, no geral, enxergam a palavra intervenção federal. Os protestos de 2013 marcaram um período em que começaram a ganhar visibilidade grupos conservadores no território nacional que, posteriormente, passaram a defender pautas antidemocráticas. Nesse contexto, observou-se uma crescente polarização política e a formação de grupos distintos, cada um criando e compartilhando o seu saber, o seu conhecimento específico. Nesse sentido, enquanto para o campo jurídico, a Intervenção Federal tem um significado específico, para o senso comum há uma reelaboração desse conceito que passa a ser visto e enfrentado de uma outra maneira totalmente distinta.

A partir disso, este estudo buscou compreender, à luz da Teoria das Representações Sociais, as ressignificações construídas em torno do termo intervenção social, com o intuito de analisar o contexto político-social do país e refletir sobre os riscos que tais interpretações podem representar para a manutenção da democracia. Foi possível identificar diferentes formas de compreender esse conceito: enquanto algumas pessoas o associavam à ideia de ordem, outras o relacionavam à repressão ou ao autoritarismo. Assim, observa-se que o conjunto de valores e crenças compartilhados por cada grupo orienta a maneira pela qual se percebe e se interpreta um objeto social.

Referências

- ABRIC, J. C. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In: GUIMELLI, C. (Org.). **Structures et Transformations des Représentations Sociales**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994.
- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB Editora, 1998.
- BERTONI, L. M.; GALINKIN, A. L. Teoria e métodos em Representações Sociais. In: MORORÓ, L. P.; COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. (Org.). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. Ilhéus: EDITUS, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jun. 2023.
- CABECINHAS, R. Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 14, n. 28, p. 125–137, maio 2004.
- CHAVES, A. M.; SILVA, P. L. Representações Sociais. In: CAMINO, L. *et al.* **Psicologia Social: Temas e Teorias**. Brasília: Technopolitik, 2013.
- IBÁÑEZ, T. G. Psicología de las representaciones sociales. In: IBÁÑEZ, T. G. **Ideologías de la vida cotidiana**. Barcelona: Sendai, 1988.
- JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Org.). **Les Représentations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- MACHADO, L. B.; ANICETO, R. A. Núcleo central e periferia das Representações Sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 345–363, abr. 2010.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- ODILA, F. 5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013? **BBC News Brasil**, Londres, 9 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- PARREIRA, P. *et al.* Abordagem estrutural das Representações Sociais. In: PARREIRA, P. *et al.* (Coord.). **Análise das Representações Sociais e do impacto da aquisição de competências em empreendedorismo nos estudantes do Ensino Superior Politécnico**. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/10578>. Acesso em: 2 de junho de 2023.
- SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SÁ, C. P. **Estudos de Psicologia Social: História, Comportamento, Representações e Memória**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
- SAWAIA, B. B. Representação e ideologia – o encontro desfeticizador. In: SPINKY, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as Representações Sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TERRA. SP: marcha 'em defesa da liberdade' pede volta dos militares ao poder. **Terra**, 10 jul. 2013. Política. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bceeb0aRCRD.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

VALA, J. Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Cotidiano. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Psicologia Social**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

Recebido em: 05/12/2023.

Aceito em: 01/10/2025.